



Relatório Anual da Administração 2021

Jacinto Machado, abril de 2022

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO/SC

CEJAMA: A Energia de Jacinto Machado vem daqui.

A Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA é a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no município de Jacinto Machado há 60 anos. Foi conferido a esta Permissionária a honra e o dever de acompanhar o desenvolvimento da cidade, levando força e luz às casas, ruas, avenidas e indústrias.

Estamos sempre em busca de superações e melhorias, por isso fazemos investimentos, criamos e superamos desafios, tendo como objetivo, prestar os melhores serviços a todos os consumidores que utilizam nossa energia.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores cooperados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2021.

A CEJAMA em 2021 completou seus 60 anos de fundação e comemorou em dose dupla, além do aniversário também inaugurou sua nova Sede Administrativa com o objetivo de poder prestar um serviço de melhor qualidade aos seus associados e consumidores e oferecer a seus colaboradores um ambiente de trabalho agradável, organizado, amplo, ergonômico.

Ano em que foi realizado o primeiro leilão para compra de energia no mercado livre, conseguindo assim oferecer tarifas de energia menores aos seus consumidores. O ano que ficará na história da CEJAMA, história que teve seu início em 20 de setembro de 1961, a partir da cooperação de 17 sócios, e com propósito de oportunizar uma vida melhor aos cooperados por meio da distribuição de energia elétrica com qualidade, confiabilidade e eficiência, a partir dos princípios do cooperativismo.

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2021.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos cooperados, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas do Balanço Social e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e clientes.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Cooperativa.

Carta do Presidente

Ao findar 2021, lembramos que nossa trajetória começou na década de 60, após a emancipação política e administrativa do município de Jacinto Machado.

Para enfrentar os obstáculos causados pela falta da energia elétrica, alguns membros da sociedade reuniram-se em 1961 para constituir a Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado, atual CEJAMA.

A energia era inicialmente provinda da Usina Termoelétrica de Capivari (atual Capivari de Baixo) e distribuída aos seus 17 sócios, sendo eles: Pool Jorge Zacca, Silvio Boff, Ângelo Frassetto, Vitório Zanatta, Lédio Savi Mondo, Vitório Benincá Just, Egídio Tomasi, Lênio Leônidas Lopes, Albino Zanatta, Artur Tramontin, Stefano Rzatki, Laerte Spindola Lisboa, Quintiliano Emerich, Archimimo José Pereira, Francisco Ernesto Sabóia, Fermio Boff, e Paulino Boff. Aos nossos fundadores, agradecemos pela coragem e persistência nesse enorme desafio. Em 2021 um passo a mais foi dado com a realização de leilão para compra de energia no mercado livre, tendo sucesso na compra de uma energia com menor custo, conseguindo assim reduzir o valor da tarifa ao seus cooperados e consumidores.

É importante frisar que a CEJAMA trabalha seguindo normas da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.

Aproveitamos à oportunidade para agradecer aos Senhores Sócios, aos colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores e Consumidores, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso.

Finalizando, agradecemos a DEUS, que sempre nos leva ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

Cenário

A Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado é uma Permissionária/Distribuidora de Energia Elétrica que fornece energia na cidade de Jacinto Machado, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Prestamos os melhores serviços há 60 anos e, para isso, valorizamos o corpo funcional da CEJAMA onde focamos:

- Investimento em Treinamento Técnico;
- Cursos;
- Apoio no Curso Técnico em Eletrotécnica;
- Segurança e Medicina no Trabalho.
- Avaliação dos Resultados;
- Programa de Habilitação Profissional;

A CEJAMA foi recertificada em 2020 através de rigorosa auditoria realizada pela ASQCERT - Avaliações e Certificações, conforme Norma NBR ISO 9001.2015, referente coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica e tratamento de reclamações de clientes.

Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua através da capacitação e treinamento dos nossos colaboradores, para atender os requisitos regulamentares e expectativas dos consumidores, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CEJAMA distribui energia elétrica no município de Jacinto Machado, zona urbana e zona rural. Atualmente (base dezembro/2021), possui 5.414 consumidores divididos em 50% de consumidores urbanos e 50% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2021, 396 novas ligações, sendo 199 Residenciais, 31 Comerciais, 2 Industriais, 163 Rurais e 1 Poder Público, 0 iluminações públicas, Consumo Próprio, totalizando 5.414 consumidores atendidos.

Número de Consumidores

Número de Consumidores					
Classe	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	3038	2938	2821	2739	2699
Industrial	55	57	55	55	60
Comercial	453	445	435	433	433
Rural	1727	1744	1722	1738	1800
Poderes Públicos	48	49	48	54	51
Iluminação Pública	88	123	115	114	108
Serviço Público	4	4	5	5	5
Consumo Próprio	1	2	2	2	2
Total	5414	5362	5140	5158	5064

Comportamento do mercado – Durante o período de janeiro a dezembro de 2021 a permissionária adquiriu um total de 40.160 MWh e distribuiu 38.677 MWh com um percentual de perda de 3,69%, ou seja, 1.483 MWh. O consumo de energia na área de atuação da permissionária apresentou em crescimento de 4,2% em relação a 2020.

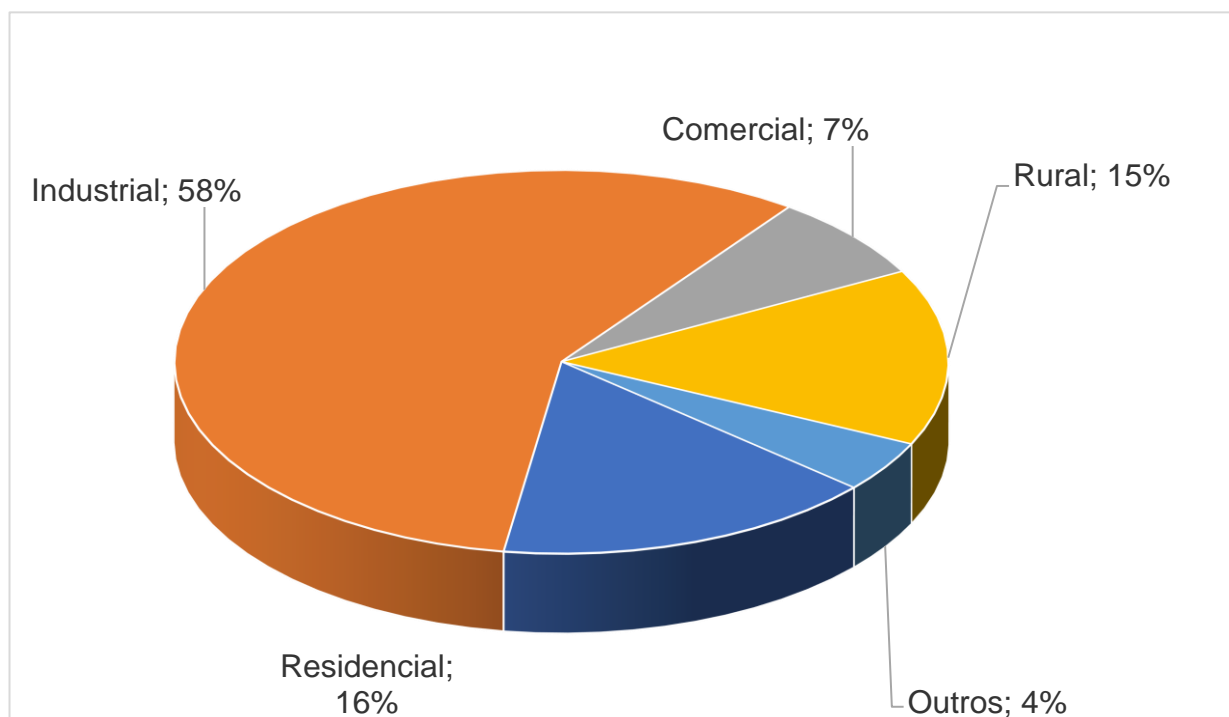
Balanco Energético em MWh	Exercício				
	2021	2020	2019	2018	2017
Total da energia elétrica adquirida	40.160	38.538	36.494	34.184	34.447
Total da energia elétrica distribuída	38.677	36.355	33.837	32.000	32.451
Perdas	1.483	2.183	2.657	2.184	1.997
Percentual de perdas	3,69%	5,66%	7,28%	6,39%	5,80%

As classes que mais contribuíram para este crescimento foram a classe Industrial, com um crescimento de 13,50% em relação ao ano de 2020, seguida da classe Residencial com um crescimento de 3,03% ao ano anterior.

Consumo por Classe de Consumidores - Em MWh

Classe	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	6.188	6.005	5.713	5.412	5.347
Industrial	22.290	19.638	18.099	16.998	17.329
Comercial	2.768	2.560	2.631	2.538	2.551
Rural	5.758	6.623	6.019	5.561	5.625
Poder Público	300	279	380	353	341
Iluminação Pública	1.119	1.015	1.016	1.044	1.033
Serviços Públicos	242	225	215	193	211
Consumo Próprio	13	9	13	13	13
Total	38.677	36.355	34.087	32.114	32.451
Variação	6,39%	6,65%	6,14%	-1,04%	1,78%

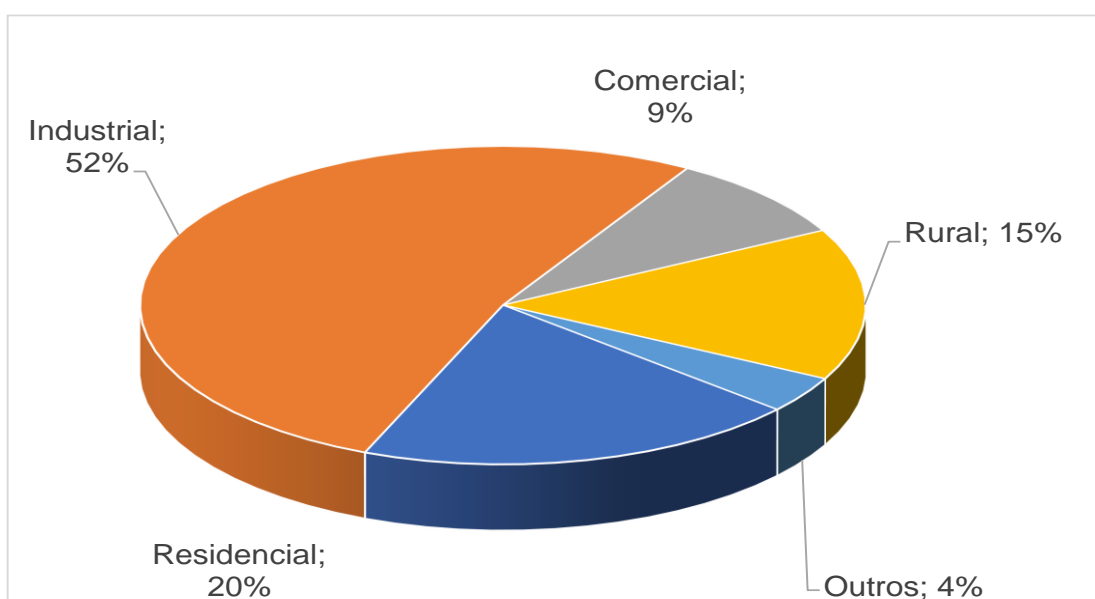
Consumo em MWh por Classe de Consumidores



Receita - A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício de 2021 importou em R\$ 19.454,95 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ mil					
Classe	2021		2020		%
Residencial	20%	3.854,03	21%	3.673,08	4,93
Industrial	52%	10.172,06	48%	8.229,20	23,61
Comercial	9%	1.696,86	9%	1.528,31	11,03
Rural	15%	3.005,77	19%	3.202,10	(6,13)
Outros	4%	726,23	4%	653,29	11,16
Total	100%	19.454,95	100%	17.285,97	12,55

Receita Líquida por classe de consumidores



Número de Consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2021, apresentou um crescimento de 0,97% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2021	2020	%
Residencial	3.038	2.938	3,40
Industrial	55	57	-3,51
Comercial	453	445	1,80
Rural	1727	1744	-0,97
Outros	141	178	-20,79
Total	5.414	5.362	0,97

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, atingiu R\$ 464,37 / MWh, com redução de 14,67% com relação a dezembro de 2020.

No ano de 2021 passamos pelo Reajuste Tarifário Periódico, onde as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a cooperativa solicitou R\$ 7.500.000,00 da parcela.

As tarifas de aplicação da CEJAMA foram reajustadas em 30 de setembro de 2021, em -13,71% (treze virgula setenta e um por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores.

Tarifas Médias de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2021	2020
Residencial	622,86	611,65
Industrial	456,35	419,03
Comercial	612,96	597,08
Rural	522,06	483,47
Poder público	629,98	624,48
Iluminação Pública	347,56	343,54
Serviços Públicos	579,19	553,20
Consumo Próprio	608,89	624,46
Média Geral	503,00	450,11

Qualidade do Fornecimento - Dos indicadores apurados pela CEJAMA, os dois principais são os de continuidade de fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), que medem respectivamente o tempo total médio de interrupção no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora do conjunto CEJAMA e quantas vezes os consumidores ligados a este conjunto ficaram sem energia elétrica no decorrer de um ano.

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

INDICADORES DE CONTINUIDADE			
Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2017	9,01	9,51	1,33
2018	27,52	12,46	0,93
2019	6,57	4,21	1,11
2020	9,62	9,79	2,41
2021	7,04	6,12	1,27

Atendimento ao Consumidor – A CEJAMA não participa do Programa Luz para todos, já que todos os domicílios do Município de Jacinto Machado se encontram atendidos.

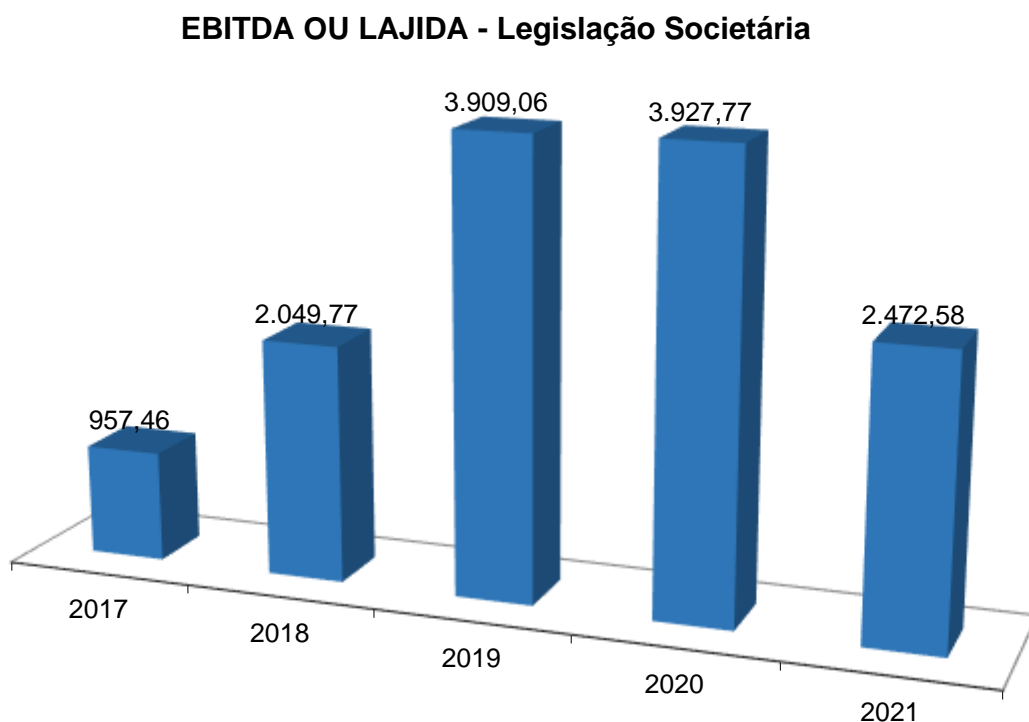
Tecnologia da Informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CEJAMA segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais. O religador automatizado está conectado 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia. Foi disponibilizado aos consumidores, um novo site da empresa, contendo informações, dicas de economia e especialmente para atendimento on-line aos consumidores, como emissão de segundas vias e esclarecimento de dúvidas.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2021, teve uma sobra de R\$ 1.851,15 (Reais/mil), contra uma sobra de R\$ 3.316,33 (Reais/mil) em 2020, ocasionando uma redução nas sobras na ordem de 44,18 %. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 22.359,49 (Reais/mil), superior em 13,95% em relação a 2020, que foi de R\$ 19.621,74 (Reais/mil).

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 2.472,58 (Reais/mil), inferior em 37,05% a 2020, que foi de R\$ 3.927,77 (Reais/mil), conforme variação abaixo:

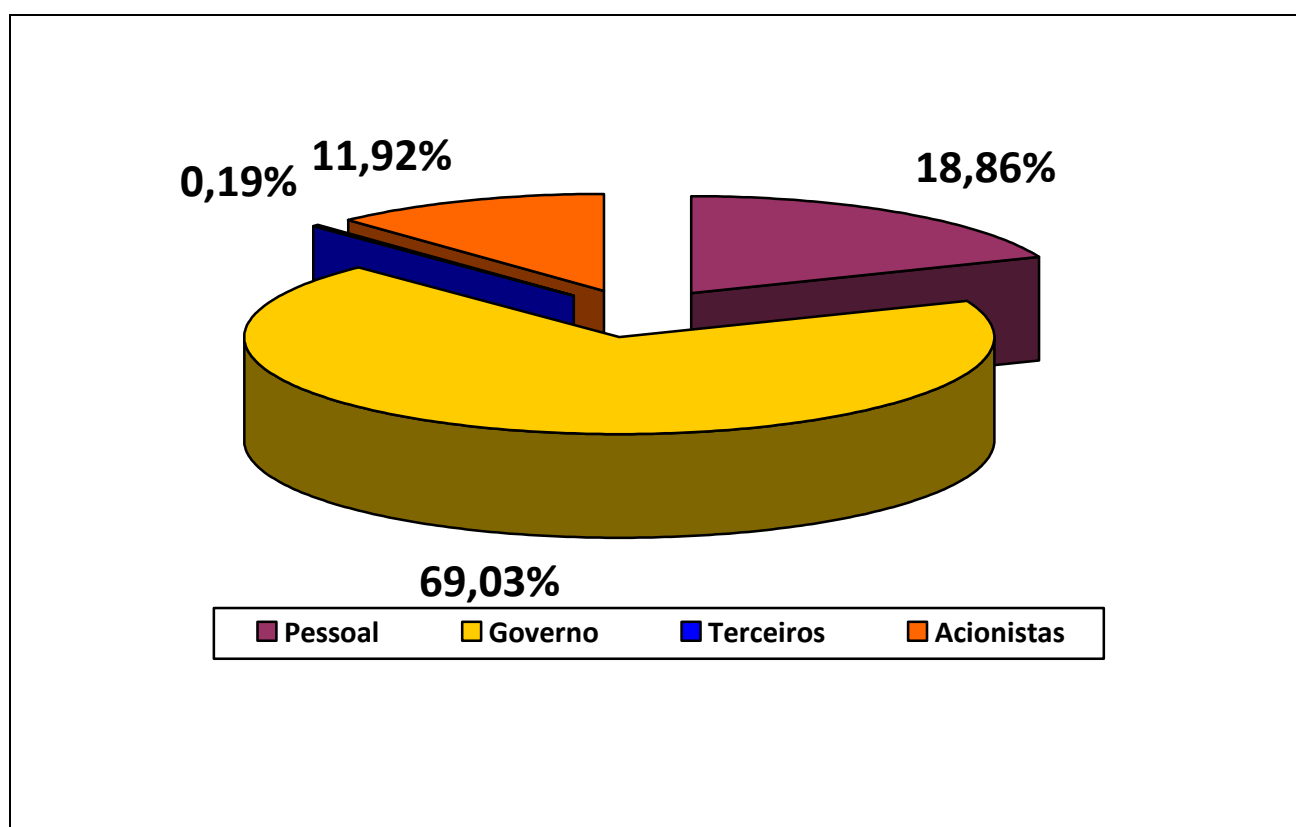


Investimentos: Em 2021, os investimentos da Permissionária importaram em R\$ 1.529,07 (Reais/mil).

Investimentos - R\$ mil			
	2021	2020	%
Obras de Geração	0,00	0,00	0,00
Obras de Transmissão	0,00	0,00	0,00
Obras de Distribuição	1.526,58	2.402,67	(36,46)
Veículos	0,00	33,18	(100,00)
Equipamento Geral	2,49	13,22	(81,16)
Instalações Gerais			0,00
Edificações	0,00		0,00
Total	1.529,07	2.449,07	(37,57)

Captações de Recursos: Os investimentos de 2021 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor Adicionado: Em 2021, o valor adicionado a distribuir gerado como riqueza pela CEJAMA foi de R\$ 15.525,14 (Reais/mil), representando 46,94% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição.



Composição Acionária: O capital social em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 4.400,24 (Reais/mil), sendo **composto por 440.024 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 10,00 cada, com a seguinte composição:**

Cotistas	Cotas	%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Angelo Valdati Neto	1	0,0003
Adelar Machado de Oliveira	1	0,0003
Tiago Matias Vitali	1	0,0003
Wanderlei Luiz Amboni	1	0,0003
Nazareno Meister	1	0,0003
Agenor Bozello	1	0,0003
Fabiano Rosso Trombim	1	0,0003
Andreia Ronconi	1	0,0003
Agricio Abel Golçalves	1	0,0003
Valmir Possamai	1	0,0003
Pedro Casagrande	1	0,0003
CONSELHO FISCAL		
Renato Tramontin	1	0,0003
Valmir Simon Benedet	1	0,0003
Hilário Cararo	1	0,0003
Euclides João Paulino	1	0,0003
Pedro Correa Nazario	1	0,0003
Francis Angelo Mezzari	1	0,0003
TOTAL	17	0,0051
DEMAIS ASSOCIADOS	440.007	99,9949
TOTAL GERAL	440.024	100,00

Relações com o Mercado: A CEJAMA, com incentivo da OCESC/SESCOOP, participa de eventos, como o ENCONSEL, SENDI e outros, mantém contato com outras concessionárias /permissionárias e com as modificações do Setor Elétrico.

A CEJAMA objetiva manter seus funcionários sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A satisfação do cliente;
- O crescimento dos colaboradores;
- As parcerias;
- A honestidade e a lealdade;
- O trabalho, a competência e a responsabilidade;
- A iniciativa e a criatividade;
- A gestão participativa e empreendedora.
- O cooperativismo.

Gestão

Planejamento Empresarial: Esta Concessionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos. A CEJAMA faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

A CEJAMA em Números

Atendimento	2021	2020	%
Número de consumidores	5.414	5.362	0,97
Número de empregados	31	31	0,00
Número de consumidores por empregado	175	173	0,97
Número de localidades atendidas	1	1	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	1	1	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00

Mercado	2021	2020	%
Área de concessão (Km ²)	430,0	430,0	0
Demanda máxima (MW)	8,672	7,691	12,76
Distribuição direta (GWh)	38,68	36,35	6,40
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.036,71	1.989,11	2,39
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	503	475,48	5,79
Total			
Residencial	622,86	611,65	1,83
Industrial	456,35	419,03	8,91
Comercial	612,96	597,08	2,66
Rural	522,06	483,47	7,98
Poder Público	629,98	624,48	0,88
Iluminação Pública	347,56	343,54	1,17
Serviços Públicos	579,19	553,2	4,70
Consumo Próprio	608,89	624,46	(2,49)
DEC (horas)	7,04	9,62	(26,82)
FEC (número de interrupções)	6,12	9,79	(37,49)

Operacionais	2021	2020	%
Número de usinas em operação	0	0	
Número de subestações	0	0	
Linhas de transmissão (Km)	0	0	
Linhas de distribuição (Km)	644,43	644,43	0,00
Capacidade instalada (MW)	24,315	23,35	4,13
Número de postos de arrecadação	0	0	

Financeiros	2021	2020	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	33.077,13	26.463,61	24,99
Receita operacional líquida (R\$ mil)	22.359,49	19.621,74	13,95
Margem operacional do serviço líquida (%)	47,93%	34,87%	37,47
EBITDA OU LAJIDA	2.472,58	3.927,77	(37,05)
Lucro líquido (R\$ mil)	1.851,15	3.316,32	(44,18)
Lucro líquido por mil cotas	185,11	331,63	(44,18)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	18.536,29	18.019,44	2,87
Valor patrimonial por cota R\$	10,00	10,00	0
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	9,99%	18,40%	(45,71)
Endividamento do patrimônio líquido (%)	30,82%	24,90%	23,78
Em moeda nacional (%)	30,82%	24,90%	23,78
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00

Indicadores de Performance	2021	2020	%
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	3,55	3,36	0,056548
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	1.243,17	1.213,77	0,024222
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	7,18	7,00	0,025714
Retorno de Ativos por Unidade:	0,14	0,17	-0,17647

Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2021, a Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: cursos de aperfeiçoamento, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente nos ensinos: profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e, também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 e nº 12, Cursos nas Áreas Administrativas (Contábil e RH), Curso sobre Lei Geral de Proteção de Dados, Res. Normativa 414. Mantém convênios com Planos de Saúde, Medicina e Segurança do Trabalho.

Responsabilidade Social

No período Natalino a CEJAMA sempre contribui com os preparativos para o Natal, disponibilizando os funcionários para auxiliar na decoração da cidade.

Em 2021, devido a pandemia a CEJAMA não pôde investir em cursos para os associados, mas proporcionou uma palestra pelo “Outubro Rosa”, para as associadas da cooperativa.

CIPA CEJAMA: Os membros da CIPA na CEJAMA abordam temas relacionados à prevenção de acidentes, saúde, primeiros socorros etc... Fazem-se reuniões mensais, realizadas no escritório da CEJAMA e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se os mesmos estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança. São promovidos através da CIPA: Treinamento para combate a incêndios, treinamento em primeiros socorros, palestras sobre saúde, palestras sobre novos equipamentos de segurança. Em novembro de 2021 foi realizada a SIPAT (Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho) com diversas atividades como: Curso NR 10, NR 12.

Educação: A CEJAMA contribui com 50% das mensalidades de seus funcionários para o curso técnico em eletrotécnica, e 100% das despesas com cursos específicos promovidos pela Federação e pelo SESCOOP SC.

	2021		2020	
	R\$ mil		R\$ mil	
1 - Base de cálculo				
Receita Líquida (RL)		22.359,49		19.621,74
Lucro Operacional (LO)		1.851,15		3.316,33
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		1.910,43		1.727,42
		% sobre		% sobre

2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	177,09	9,27%	0,79%	177,37	10,27%	0,90%
Encargos sociais compulsórios	880,39	46,08%	3,94%	695,8	40,28%	3,55%
Entidade de previdência privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	76,33	4,00%	0,34%	56,4	3,26%	0,29%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	16,9	0,88%	0,08%	12,73	0,74%	0,06%
Educação - Auxílio educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2,14	0,11%	0,01%	3,11	0,18%	0,02%
Auxílio creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	22,13	1,16%	0,10%	34,87	2,02%	0,18%
Total	1.174,98	61,50%	5,25%	980,3	56,75%	5,00%
		% sobre			% sobre	

3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	179,69	9,71%	0,80%	26,66	0,80%	0,14%
Total de contribuições para a sociedade	179,69	9,71%	0,80%	26,66	0,80%	0,14%
Tributos - excluídos encargos sociais	35,33	1,91%	0,16%	62,06	1,87%	0,32%
Total	35,33	1,91%	0,16%	62,06	1,87%	0,32%
		% sobre			% sobre	

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

Relacionamento com a operação da empresa

Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
5 - Indicadores do corpo funcional	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	32	31
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	10	10
Ensino médio	17	17
Ensino fundamental	5	4
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	8	7
De 30 até 45 anos (exclusive)	14	14
Acima de 45 anos	10	10
Admissões durante o período	2	3
Mulheres que trabalham na empresa	7	6
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	0	0
Negros que trabalham na empresa	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	29	28
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		
Maior remuneração	11,2874	10,45
Menor remuneração	0,84596	15,28
Acidentes de trabalho	4	2

Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 31/12/2020

Balanco Patrimonial Societária

DESCRIÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	5.853.897,06	6.820.875,44
Caixa e Equivalentes a Caixa	1.063.014,99	3.221.462,34
Consumidores, Concessionários e Permissionários	3.842.196,43	2.913.119,06
Serviços em Curso	36.836,26	35.604,74
Tributos Compensáveis	205.448,85	98.133,97
Almoxarifado	519.231,49	291.415,45
Despesas pagas antecipadamente	43.655,69	29.467,40
Outros Ativos Circulantes	143.513,35	231.672,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE	18.394.549,69	15.684.819,89
Tributos Compensáveis	327.243,08	439.453,12
Bens e Atividades Não Vinculadas à Permissão	168.286,77	168.286,77
Outros Ativos Não Circulantes	7.868.099,54	5.016.350,92
<i>Imobilizado</i>	<i>8.284.761,81</i>	<i>2.568.998,14</i>
Em serviço	8.062.296,27	3.200.203,69
Depreciação Acumulada (-)	(1.019.447,05)	(850.101,72)
Em curso	1.241.912,59	4.019.498,55
Intangível	1.746.158,49	3.691.128,56
Total do Ativo	24.248.446,75	22.505.695,33

DESCRIÇÃO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	5.624.873,21	4.127.374,81
Fornecedores	1.706.013,79	601.613,33
Obrigações Sociais e Trabalhistas	331.731,64	397.339,44
Tributos	1.063.476,80	1.078.933,73
Encargos Setoriais	847.290,84	521.317,56
Passivos Financeiros Setoriais	826.443,80	557.893,36
Outros Passivos Circulantes	849.916,34	970.277,39
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	87.279,37	358.883,41
Obrigações Vinculadas a Concessão	87.279,37	358.883,41
PATRIMONIO LIQUIDO	18.536.294,17	18.019.437,11
Capital Social	4.400.247,29	3.240.741,12
FATES	415.415,49	493.857,76
Fundo para Manutenção Aplicação em Melhorias	9.811.552,13	8.885.974,83
Reavaliação	1.544.771,61	1.544.771,61
Reserva de Equalização	59.020,88	59.020,88
Reserva Legal	1.657.382,66	1.472.267,20
Sobras a Disposição da AGO 2019	0,00	1.162.089,35
Sobras a Disposição da AGO 2020	0,00	1.160.714,36
Sobras a Disposição da AGO 2021	647.904,11	0,00
Total do Passivo	24.248.446,75	22.505.695,33

Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 31/12/2020

Demonstração do Resultado do Exercício Societária

Descrição	2021	2020
01. Receita Operacional Bruta	33.077.129,64	26.463.611,14
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	28.504.594,43	22.430.977,42
(+) Outros Ingressos e Rendas	4.572.535,21	4.032.633,72
02. Dedução da Receita Bruta	(10.717.637,78)	(6.841.870,18)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(6.386.648,08)	(5.037.933,13)
(-) Encargos do Consumidor	(4.330.989,70)	(1.803.937,05)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	22.359.491,86	19.621.740,96
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(15.423.779,88)	(11.537.219,91)
05. Resultado Bruto da Comercialização de Energia	6.935.711,98	8.084.521,05
(-) Pessoal e Administrativo	(2.928.330,34)	(2.470.656,20)
(-) Material	(409.629,26)	(267.054,51)
(-) Serviços de Terceiros	(816.066,79)	(673.006,27)
(-) Depreciações	(621.431,12)	(611.454,25)
(-) Seguros	(10.684,80)	(12.315,24)
(-) Despesas Tributárias	(37.579,66)	(62.059,98)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(57.424,10)	(108.729,38)
(+/-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	183.620,69	(57.149,67)
(-) Outras Despesas Operacionais	(589.136,86)	(730.342,74)
07. Resultado Operacional (5+6)	1.649.049,74	3.091.752,81
08. Resultado Operacional Financeiro	202.104,86	224.573,92
(+) Receita de Aplicação Financeira	43.931,59	59.352,50
(+) Outras Receitas Financeiras	186.194,81	202.319,92
(-) Despesas Financeiras	(28.021,54)	(37.098,50)
09. Resultado Operacional	1.851.154,60	3.316.326,73
10. Destinações Estatutárias	(1.203.250,49)	(2.155.612,37)
(-) Reserva Legal 10%	(185.115,46)	(331.632,67)
(-) Fates 05%	(92.557,73)	(165.816,34)
(-) Manutenção e Ampliação 50%	(925.577,30)	(1.658.163,37)
11. Sobras (Perdas) Líquidas do Período (9+11+12)	647.904,11	1.160.714,36

Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 31/12/2020

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societária

Eventos	Capital Social	Reavaliação	Reservas de Capital				Sobras a Disposição da AGO	Total
			Equalização	Legal	Fates	Fundo de Manutenção		
SALDO EM 31/12/2019	3.239.546,07	1.544.771,61	59.020,88	1.140.634,53	328.629,42	7.227.811,47	1.162.089,35	14.702.503,33
MUTAÇÕES EM 2020	1.195,05	0,00	0,00	331.632,67	165.228,34	1.658.163,37	1.160.714,36	3.316.933,78
Integralização de Capital	5.392,21							5.392,21
Capital a Realizar								0,00
Devolução/Baixa de Capital	(4.197,16)							(4.197,16)
Incorporação das Sobras								0,00
Reversão de Reservas					(588,00)			(588,00)
Resultado do Exercício							3.316.326,73	3.316.326,73
Destinações				331.632,67	165.816,34	1.658.163,37	(2.155.612,38)	0,00
SALDO EM 31/12/2020	3.240.741,12	1.544.771,61	59.020,88	1.472.267,20	493.857,76	8.885.974,84	2.322.803,71	18.019.437,11
MUTAÇÕES EM 2021	1.159.506,17	0,00	0,00	185.115,46	(78.442,27)	925.577,30	(1.674.899,60)	516.857,06
Integralização de Capital	(12.945,31)							(12.945,31)
Capital a Realizar								-
Devolução/Baixa de Capital	11.737,12							11.737,12
Incorporação das Sobras	1.160.714,36						(1.160.714,36)	-
Distribuição das Sobras							(1.162.089,35)	(1.162.089,35)
Realização de Reservas					(171.000,00)			(171.000,00)
Resultado do Exercício							1.851.154,60	1.851.154,60
Destinações				185.115,46	92.557,73	925.577,30	(1.203.250,49)	-
SALDO EM 31/12/2021	4.400.247,29	1.544.771,61	59.020,88	1.657.382,66	415.415,49	9.811.552,14	647.904,11	18.536.294,17

Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 31/12/2020

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Societária

Descrição	2021	2020
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.851.154,60	3.316.326,73
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.851.154,60	3.316.326,73
2 - Ajuste Por	(2.535.767,86)	(585.682,85)
Reintegração Acumulada	169.345,33	34.606,82
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores	(929.077,37)	(17.274,15)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(1.231,52)	244.371,32
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(107.314,88)	41.113,53
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(227.816,04)	(50.073,40)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	6.757,16	1.634,14
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	(20.945,45)	(17.934,41)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	88.159,13	27.670,81
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	112.210,04	(206.058,60)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Não Circulantes	(2.851.748,62)	(1.406.199,31)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	1.104.400,46	241.739,19
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e Trabalhistas	(65.607,80)	2.202,72
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	(15.456,93)	171.369,45
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	325.973,28	(213.727,67)
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	268.550,44	(3.127,46)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	(120.361,05)	503.999,76
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Concessão	(271.604,04)	60.004,41
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	(684.613,26)	2.730.643,88
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(140.744,74)	(2.796.304,80)
Ativo Imobilizado / Intangível	(139.536,55)	(2.797.499,85)
Integralização de Capital	(1.208,19)	1.195,05
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(1.333.089,35)	(588,00)
Realização de Reservas	(171.000,00)	(588,00)
Distribuição das Sobras	(1.162.089,35)	0,00
6 – Variação no Caixa (3+4+5)	(2.158.447,35)	(66.248,92)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(2.158.447,35)	(66.248,92)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	3.221.462,34	3.287.711,26
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.063.014,99	3.221.462,34

Agradecimentos

Findando o exercício social de 2021, queremos agradecer a DEUS, aos membros da Diretoria, e, estender esse agradecimento a todos os clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossa política de qualidade, conforme segue: garantir o cumprimento da política da qualidade satisfazer as necessidades de nossos associados, envolver todos os colaboradores com a política da qualidade, atender os requisitos regulamentares, normativos e legislações pertinentes.

Nosso muito obrigado!

Jacinto Machado, 30 de abril de 2022.

A Administração.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA
Av. Padre Herval Fontanella, nº 443, Jacinto Machado/SC – CNPJ 85.665.990/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores Expressos em Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a **CEJAMA** está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas

No decorrer do exercício social de 2021 a **CEJAMA** realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

Conclusão do Processo de Regularização - O processo de regularização de cooperativa foi concluído no exercício de 2008, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.631 de 21 de outubro de 2008 - ANEEL de 28 de novembro de 2008 mediante a assinatura do mesmo.

Prazo da permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato. O prazo de permissão passou a ser de 30 anos, conforme o § 3º do Art. 23 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, incluído pela Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009.

Objetivo da permissão – Exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

Áreas de permissão – A CEJAMA terá sua atuação delimitada aos municípios de Ermo, Jacinto Machado, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

Mesmo tendo iniciadas providências antes da efetiva regulamentação, o contexto regulamentado poderá alterar o processo operacional e administrativo em curso na cooperativa, com reflexos não previstos ou não avaliados adequadamente, inclusive retroativos, podendo afetar as posições econômicas e financeiras atualmente apresentadas.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis societárias foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, atendendo as disposições legais contidas na resolução normativa Aneel nº 933 (novecentos e trinta e três) de 18 (dezoito) de maio de 2021 (dois mil e vinte e um), no que se refere as demonstrações contábeis societárias, e orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social. Foram adotadas e cumpridas as determinações constantes das normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como, no que couber, o CPC PMEs.

Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standard Board– IASB

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT - Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC 08, CTG 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBC TG 01(R3) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da CEJAMA é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A CEJAMA apresenta, no encerramento do exercício de 2021, as demonstrações contábeis societárias com valores expressos em milhares de reais, afim de possibilitar a comparabilidade com as demonstrações contábeis regulatórias, onde, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Resolução Aneel nº 933 (novecentos e trinta e três) de 18 (dezoito) de maio de 2021 (dois mil e vinte e um).

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societárias e regulatórias, destacamos:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

- **Consumidores à Receber**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2021, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos, estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

- **Ajuste a Valor Presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo médio de aquisição.

- **Ativos Passivos Regulatórios**

Reconhecidos após a assinatura do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

- **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando-se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Atualizações de Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

- **Empréstimos e Financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

- **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

▪ **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEJAMA, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

▪ **Receita não Faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

▪ **Impostos e Contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

▪ **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

▪ **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos que compõe o Caixa e Equivalentes de Caixa estão alocados nas aplicações financeiras e contas correntes, no saldo geral do grupo houve uma redução de 67%, representando R\$ 2.158.447,35 a menor que o período anterior.

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
CAIXA	1.001.070,74	860.771,51
CONTAS BANCÁRIAS À VISTA	1.000.636,82	827.254,97
BANCO DO BRASIL S.A	90.260,33	561.992,36
CREDIJA C/C	875.590,79	229.918,69
CREDIJA C/C 1960-7 RES. 20	34.585,70	35.343,92
CRESOL C/C	200,00	0,00
FUNDOS DE CAIXA	433,92	129,67
FUNDO FIXO DE CAIXA	433,92	129,67
NUMERÁRIO EM TRÂNSITO	0,00	33.386,87
CREDIJA - TRÂNSITO	0,00	33.386,87

EQUIVALENTES DE CAIXA	61.944,25	2.360.690,83
BANCO DO BRASIL S.A	0,71	27.884,02
CREDIJA - APLICAÇÕES	50.629,76	1.861.552,56
APLICACAO FINANCEIRA CREDIJA 1960-7 RES. 20	11.313,78	10.928,60
CRESOL - APLICAÇÕES	0,00	460.325,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.063.014,99	3.221.462,34

NOTA 06 – CONSUMIDORES

Os saldos referentes aos Consumidores estão a seguir demonstrados, as maiores variações ocorreram nas classes, Industrial e Iluminação Pública, no caso da Classe de Iluminação Pública foi realizada a baixa de créditos com impossibilidade de cobrança e, conseqüentemente os saldos da PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) também sofreram variação negativa.

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
FORNECIMENTO	3.347.391,58	2.700.989,25
FATURADO	2.971.289,31	2.321.866,88
RESIDENCIAL	487.208,20	531.124,36
INDUSTRIAL	1.761.801,97	850.046,34
COMERCIAL	240.281,21	242.263,30
RURAL	478.440,57	696.993,02
PODERES PÚBLICOS	3.557,36	1.439,86
NÃO FATURADO	440.272,65	474.842,33
(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(64.170,38)	(95.719,96)
SERVIÇOS COBRÁVEIS	2.139,89	3.694,02
SERVIÇOS COBRÁVEIS	3.372,17	5.056,75
(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(1.232,28)	(1.362,73)
(-) ARRECADAÇÃO EM PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	615,76	1.623,61
PARCELAMENTOS DE CRÉDITOS A RECEBER DE CONSUMIDORES	450.720,65	160.646,98
RESIDENCIAL	76.350,23	54.204,39
INDUSTRIAL	55.520,38	64.670,51
COMERCIAL	20.608,37	13.046,46
RURAL	308.408,72	46.205,49
(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(10.167,05)	(17.479,87)
OUTROS	41.328,55	46.165,20
CONSUMIDORES	3.842.196,43	2.913.119,06

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

NOTA 07 – SERVIÇOS EM CURSO

O grupo dos Serviços em Curso estão com seus saldos demonstrados a seguir, a variação positiva em 2021 se refere às ODS de manutenção de redes que se mantiveram em aberto na virada do exercício.

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
ODS MANUTENÇÃO DE REDES	36.715,26	35.468,54
ODS DJUNTORES	121,00	136,20
SERVIÇOS EM CURSO	36.836,26	35.604,74

NOTA 08 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

No exercício de 2021 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Tributos não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
TRIBUTOS FEDERAIS	17.495,87	94.095,93
IMPOSTO DE RENDA	15.525,27	69.396,70
IR A COMPENSAR	15.525,27	69.396,70
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	1.970,60	24.699,23
IMPOSTOS A COMPENSAR RETIDOS POR	1.970,60	24.699,23
ORGÃOS FEDERAIS		
TRIBUTOS ESTADUAIS	187.952,98	4.038,04
ICMS	187.952,98	4.038,04
ICMS S/ COMPRA PARA O ATIVO	187.952,98	4.038,04
IMOBILIZADO A RECUPERAR		
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	205.448,85	98.133,97

NOTA 09 – ALMOXARIFADOS

No exercício de 2021 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Almojarifados não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
MATERIAL	519.231,49	291.423,78
ALMOXARIFADO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO	272.511,51	288.369,74
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	272.511,51	288.369,74
ALMOXARIFADO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO	246.183,82	0,00
BEM DESTINADO A ALIENAÇÃO	246.183,82	0,00
RESÍDUOS E SUCATAS	536,16	3.054,04
MATERIAL SUCATEADO (SUCATA)	536,16	3.045,71
ALMOXARIFADO OPERACIONAL	519.231,49	291.415,45

NOTA 10 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

No exercício de 2021 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Almojarifados não apresentaram variação, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
PRÊMIOS DE SEGUROS	7.013,76	6.757,16
SICOOB SC CORRETORA E ADMR DE SEGUROS S/A	6.172,38	5.666,58
HDI SEGUROS S.A	841,38	1.090,58
OUTROS	36.641,93	22.710,24
PROINFA PAGAMENTO ANTECIPADO	36.641,93	22.710,24
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	43.655,69	29.467,40

NOTA 11 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos que compõe o grupo dos Outros Ativos Circulantes estão demonstrados a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
CRÉDITOS A RECEBER	141.981,65	230.592,41
EMPREGADOS	26.431,66	22.249,68
FORNECEDORES	24.746,79	12.295,43
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	30.853,21	18.401,85
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	493,20	3.043,20
FECOERUSC- ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EXTREMOSUL	5.000,00	5.000,00
ADIANTAMENTO CABAL - VALE ALIMENTAÇÃO	15.001,36	-
RICHARDES MACHADO MEDEIROS ME	4.252,23	4.252,23
TÍTULOS DE CRÉDITO A RECEBER	3.053,21	3.053,21
PARCELAMENTOS CONCEDIDOS	2.474,80	2.474,80
PARCELAMENTO DE CHEQUES	578,41	578,41
SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS	17.007,82	12.143,97
ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS	63.860,77	63.860,77
ORDEM DE DISPÊNDIOS A REEMBOLSAR	-	3.000,00
CONVÊNIOS DE ARRECADAÇÃO	-	4.000,00
(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(434,13)	(434,13)
OUTROS	7.315,53	110.423,48
CHEQUES EM COBRANÇA	-	96.195,93
CRÉDITO DE ALUGUÉIS DE POSTES	7.315,53	14.227,55
DESATIVAÇÕES E ALIENAÇÕES	1.531,70	1.080,07
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	143.513,35	231.672,48

NOTA 12 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Os saldos do Ativo Não Circulante dos exercícios de 2021 e 2020, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	327.243,08	439.453,12
ICMS SOBRE AIS	327.243,08	439.453,12
BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO E PERMISSÃO DO	168.286,77	168.286,77
FECOERUSC	6.615,44	6.615,44
CREDIJA	156.471,33	156.471,33
GERACOOB	5.000,00	5.000,00
CRESOL	200,00	200,00
OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	7.868.099,54	5.016.350,92
DEPOSITO JUDICIAL	1.030,20	1.030,20
PARCELAMENTOS DE CHEQUES	102,09	102,09
ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO	7.866.967,25	5.015.218,63

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

As obrigações especiais não são mais redutoras do ativo imobilizado regulatório, desde a versão do MCSE de 2015.

12.1 IMOBILIZADO

Desdobramos os valores do Ativo Imobilizado e Intangível, segregando em valor contábil, depreciação e valor residual.

a) Distribuição

Descrição	Legislação Societária			
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Imobilizado em Serviço	1.077.343,06	(322.881,37)	1.400.224,43	827.776,59
Terrenos	108.500,00	0,00	108.500,00	108.500,00
Máquinas e Equipamentos	13.303.790,89	(3.411.716,96)	16.715.507,85	8.705.237,74
Transferência ICPC 05	(13.303.790,89)	3.411.716,96	(16.715.507,85)	(8.705.237,74)
Veículos	850.742,67	(262.127,00)	1.112.869,67	652.227,94
Móveis e Utensílios	118.100,39	(60.754,37)	178.854,76	67.048,65
Imobilizado Em Curso	1.176.912,59	0,00	1.176.912,59	1.379.615,18
Máquinas E Equipamentos	12.214,99	0,00	12.214,99	167.074,85
Móveis e Utensílios	2.493,92	0,00	2.493,92	0,00
Material Em Depósito	1.162.203,68	0,00	1.162.203,68	1.212.540,33
TOTAL	2.254.255,65	(322.881,37)	2.577.137,02	2.207.391,77

b) Administração

Legislação Societária

Descrição	2021		2020	
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Imobilizado em Serviço	6.961.358,62	(696.565,68)	6.288.387,53	1.522.325,38
Terrenos	1.525.675,20	0,00	1.525.675,20	625.675,20
Edif., Obras Civas e Benfeitorias	3.835.236,02	(18.844,89)	3.816.391,13	536.743,42
Máquinas E Equipamentos	368.623,69	(159.429,65)	209.194,04	27.895,41
Veículos	719.503,84	(484.481,97)	235.021,87	324.290,69
Móveis e Utensílios	535.914,46	(33.809,17)	502.105,29	7.720,66
Imobilizado Em Curso	65.000,00	0,00	65.000,00	2.639.883,37
Terrenos	0,00	0,00	0,00	900.000,00
Edif., Obras Civas e Benfeitorias	0,00	0,00	0,00	1.735.528,50
Máquinas E Equipamentos	0,00	0,00	0,00	4.430,10
Compras em Curso	0,00	0,00	0,00	(75,23)
Adiantamento a Fornecedores	65.000,00	0,00	65.000,00	0,00
TOTAIS	7.026.358,62	(696.565,68)	6.535.387,53	4.162.208,75

Descrição	2021	2021
Em serviço	8.062.296,27	3.200.203,69
Em Curso	1.241.912,59	4.019.498,55
Depreciação	(1.019.447,05)	(850.101,72)

Em 31/12/2021, foi transferido, conforme determina a legislação contábil, os custos referentes a construção da sede da CEJAMA para o ativo em serviço, segue custos desdobrados:

Descrição dos Eventos	PROJETO Edificação	Realizado Edificação
	Projeto Aprovado	
Valor aprovado pelo Conselho de ADM	3.080.195,20	
Pela CEJAMA	1.430.000,00	
Construtora	1.430.000,00	
2o. Aditivo	220.195,20	
3o. Aditivo	60.644,28	
Realizado Pela CEJAMA		1.730.043,69
Realizado pela Construtora		1.488.910,31
	3.140.839,48	3.218.954,00
Outros Custos CEJAMA		
Terrenos		900.000,00
Equipamentos Gerias e Instalações		165.578,33
Moveis e Utensílios		495.403,17
Projetos e taxas		61.263,09
Total da Obra		4.841.198,59

12.2 – INTANGÍVEL

Legislação Societária

Descrição	2021		2020	
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Ativo Intangível da Permissão Software	1.745.049,04	0,00	1.745.049,04	3.690.019,11
	15.460,97	(14.351,52)	1.109,45	1.109,45
Total	1.760.510,01	(14.351,52)	1.746.158,49	3.691.128,56

Está sendo aplicada a instrução do Conselho de Pronunciamentos Contábeis, ICPC01 e OCPC05. Transferindo os saldos no imobilizado para Ativo Financeiro e Intangível conforme cálculo de depreciação estimada até o final do período de permissão.

NOTA 13 - FORNECEDORES

Os saldos referentes aos “Fornecedores” nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Legislação Societária

Descrição	2021	2020
SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	1.427.469,21	408.156,60
CELESC S/A	1.427.469,21	408.156,60
MATERIAIS E SERVIÇOS	278.544,58	189.805,41
PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	140.990,00	53.580,00
RÁDIO INTEGRAÇÃO FM LTDA	750,00	-
FECOERUSC - FEDER. DAS COOP.ELETR.RURAL SC	2.380,42	2.380,42
COMERCIAL DE PNEUS E BATERIAS KAUDUINSKI LTDA	260,00	-
COOP. AGROP. DE JACINTO MACHADO - MERCADO	11.867,46	-
POSTO GÁVEA LTDA.	2.303,19	-
RADIO IMIGRANTES DE TURVO LTDA.	765,00	765,00
COML. ELETRICA SAO PEDRO	12.726,67	3.490,00
DISTRIBUIDORA TOP LTDA	863,00	-
CONCRETUR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	9.688,53	-
ME		
AUTENTICA PAPELARIA E PERSONALIZAÇÃO LTDA	8,00	-
TULIO MARAGNO CECONI	35,00	-
VOLKSWAGEN DO BRASIL IND. DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA	4.989,63	-
EDITORA N. D. MARQUES LTDA	7,49	-
SAMAE	123,30	112,25
RMGUIDARINI CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	1.032,35	980,73
SCHWANCK SCHWANCK C P A LTDA ME	-	350,00
LIRI TRANSFORMADORES LTDA EPP	9.898,18	-
CLENICE GUETNER MORO MEI	135,00	135,00

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEUDO E TECNOLOGIA LTDA	341,93	302,54
SEVEN KEYS INFORMATICA EIRELE ME	792,36	1.545,85
STRADA MOTORS LTDA	455,52	-
GETEL COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS EIRELI - ME	160,00	-
COOP. PIONEIRA DE GERACAO E DESENVOLVIMENTO COOPERA	2.994,00	-
SICOOB SC CORRETORA E ADMR DE SEGUROS S/A	3.967,96	-
JANUARIO COMERCIO DE PEÇAS LTDA EPP	-	839,60
HD ELETRO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA-ME	1.265,97	1.171,59
FLORISBELA ANTONIO MACHADO	5.500,00	5.500,00
SOALUZ ELETROTECNICA LTDA-ME	-	75.712,05
POLIMIX CONCRETO LTDA	-	5.720,74
ALEXANDRE RIBEIRO PACHECO- EPP	-	25.000,00
CERÂMICA ORVALHENSE LTDA	-	4.900,00
ZANAC COM. E IND DE CONCRETOS LTDA	-	1.725,30
KDM INDUSTRIA DE PRÉ MOLDADOS	-	3.447,34
ATEX DO BRASIL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	-	2.147,00
IRIO PATEL 56805764904	400,00	-
ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA	52.221,93	-
INGRAM MICRO BRASIL LTDA	1.312,08	-
RV DIESEL INJEÇÃO ELETRONICA E BOMBAS LTDA	6.855,00	-
SOLEVITA PRODUTOS NATURAIS	84,61	-
RAY PERUCHI DA ROLT	3.370,00	-
OUTROS	-	3.651,32
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	-	3.651,32
FORNECEDORES	1.706.013,79	601.613,33

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

No exercício de 2021, os saldos das Obrigações Sociais e Trabalhistas sofreram variação positiva quando comparados com o exercício anterior, as contas que causaram essa maior variação foram os ajustes de Provisão de Férias e Salários a Pagar, conforme demonstrado:

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
FOLHA DE PAGAMENTO LÍQUIDA	301.353,45	361.766,06
PROVISÃO DE ENCARGOS SOBRE FÉRIAS	86.533,51	75.035,66
SALÁRIOS A PAGAR	-	93.645,00
PRO LABORE A PAGAR	-	7.670,44
PROVISÃO PARA FÉRIAS	214.819,94	185.414,96
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE	30.125,76	35.503,30
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO A	16.480,63	14.577,76

PAGAR		
IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO A PAGAR (0561)	11.647,04	19.093,61
IRRF SEM VINCULO EMPREGATÍCIO A PAGAR (0588)	1.998,09	1.831,93
CONSIGNAÇÕES EM FAVOR DA PERMISSONÁRIA	252,43	70,08
FOLHA DE PAGAMENTO	331.731,64	397.339,44

NOTA 15 – TRIBUTOS

No exercício de 2021, quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Tributos apresentaram variação relevante por conta do parcelamento do PIS-COFINS, conforme demonstrado a seguir:

	Legislação Societária	
Descrição	2021	2020
IMPOSTO DE RENDA	74.545,11	78.457,90
FGTS A PAGAR	17.953,00	16.028,15
INSS EMPRESA A PAGAR	53.309,72	46.265,10
IRRF SOBRE TERCEIROS A PAGAR (1708)	47,86	122,31
INSS A RECOLHER SOBRE OBRAS	3.234,53	16.042,34
PIS	2.254,87	1.984,20
OUTROS	94,33	254,68
ISS	8.469,46	0,00
ICMS	585.036,83	567.122,28
PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS	369.481,61	427.641,21
TRIBUTOS	1.039.882,21	1.075.460,27

NOTA 16 – ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos dos Passivos referentes aos Encargos Setoriais dos exercícios de 2021 e 2020, estão demonstrados conforme segue:

	Legislação Societária	
Descrição	2021	2020
F.N.D.C.T	0,00	706,35
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D	60.724,51	60.724,51
TAXA DE FISCALIZAÇÃO	2.910,82	0,00
DEMAIS ENCARGOS SETORIAIS	783.655,51	459.886,70
BANDEIRAS TARIFARIAS	604.989,68	295.302,78
CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE	178.665,83	164.583,92
ENCARGOS SETORIAIS	847.290,84	521.317,56

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS

	Legislação Societária	
Descrição	2021	2020
SOBRAS A DISTRIBUIR	273.220,75	290,36
CAPITAL SOCIAL A RESTITUIR	553.223,05	557.603,00
OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS	826.443,80	557.893,36

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
CONSUMIDORES	236.249,53	230.361,39
PAGAMENTO EM DUPLICIDADE	2.247,54	2.343,95
BÔNUS ITAIPU	687,29	762,76
CREDORES DIVERSOS MICROGERAÇÃO	233.314,70	227.254,68
OUTROS	33.654,29	25.000,00
CAUSAS CIVEIS	25.000,00	25.000,00
OUTROS CREDITOS CVA - CCC	8.654,29	-
OUTROS	588.666,81	714.916,00
HOSPITAL SÃO ROQUE	63.970,00	53.545,00
APAE	837,00	785,00
CONSUMIDORES - DEPÓSITOS	-	43.021,94
CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	36.644,42	33.461,27
ASSOC. COM. IRMÃ URSULA HEIDEMANN DE TURVO - SC	33.069,00	31.376,50
GÁVEA TENIS CLUBE	1.533,66	1.387,83
FINANCIAMENTO DE FUNCIONÁRIOS EM CONSIGNAÇÃO	2.878,58	2.489,10
PENSÃO ALIMENTÍCIA	234,64	-
OUTROS DÉBITOS/CRÉDITOS FATURA	11.638,06	6.605,60
PLANO DE SAÚDE SÃO JOSÉ	8.003,07	10.041,68
OUTRAS - EMPRESTIMO COMPULSÓRIO	-	807,70
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA-TFSEE	-	3.278,84
ADIANTAMENTO DE TERCEIROS	3.062,23	3.062,23
DEPOSITO NÃO IDENTIFICADO	74.314,51	6.773,81
COOPERJA ICMS	0,00	65.363,10
ACIJAM CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	1.775,00	1.250,00
JBS / SEARA ICMS	(0,44)	-
VALENTIM TUON	350.707,08	451.666,40
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	858.570,63	970.277,39

Os saldos referentes aos demais créditos de Outros Passivos não Circulantes são compostos por créditos de entidades conveniadas que realizam cobrança de seus créditos através das faturas aos associados.

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

Conforme determina a legislação regulatória, as receitas de ultrapassagem de demanda estão registradas no grupo de Obrigações Vinculadas a Concessão, conforme demonstrado:

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	21.299,15	21.299,15
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR	25.814,71	25.814,71
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES	31.511,22	31.511,22

ULTRAPASSAGEM DEMANDA	0,00	280.258,33
OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBL	78.625,08	358.883,41

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Capital Social Integralizado está representado pela participação de 5.479 (cinco mil, quatrocentos e setenta e nove) associados, atingindo o montante de 4.400.247,29 (quatro milhões, quatrocentos mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos) em 2021, e para 2020 R\$ 3.240.741,12 (três milhões, duzentos e quarenta mil, setecentos e quarenta e um reais e doze centavos).

b) Das Reservas

Descrição	Legislação Societária	
	2021	2020
RESERVA DE EQUALIZAÇÃO	59.020,88	59.020,88
FUNDO DE RESERVA LEGAL	1.657.382,66	1.472.267,20
FATES	415.415,49	493.857,76
FUNDO MANUT.APLIC. E MELHORIAS	9.811.552,13	8.885.974,83
REAVALIAÇÃO	1.544.771,61	1.544.771,61
TODAS DAS RESERVAS	13.488.142,77	12.455.892,28

c) Do Resultado a Disposição da AGO

A legislação cooperativista por meio da Lei 5.764/71 prevê a obrigatoriedade de criação de pelo menos dois fundos, são eles:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

Além dos fundos legalmente constituídos, a CEJAMA tem o fundo estatutário referente a Manutenção, Ampliação, Melhorias e Geração constituído de 50% das sobras, conforme Art. 56 do Estatuto Social.

O resultado das operações com associados em 2021 alcançou a rubrica de R\$ 1.851.154,60, deste valor foram deduzidos as reservas legais e estatutárias, que somam

R\$ (1.203.250,49), resultando para a deliberação da assembleia o valor de R\$ **647.904,11**.

Legislação Societária

Descrição	2021	2020
Resultado Operacional	1.851.154,60	3.316.326,73
Destinações Estatutárias	(1.203.250,49)	(2.155.612,37)
(-) Reserva Legal 10%	(185.115,46)	(331.632,67)
(-) Fates 05%	(92.557,73)	(165.816,34)
(-) Manutenção e Ampliação 50%	(925.577,30)	(1.658.163,37)
Sobras (Perdas) Líquidas do Período	647.904,11	1.160.714,36

NOTA 21 – INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes às “Receitas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Legislação Societária

Descrição	2021	2020
Fornecimento de Energia Elétrica	28.504.594,43	22.430.977,42
Residencial	5.131.800,37	4.438.831,81
Industrial	15.642.517,74	11.087.986,01
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.498.884,86	2.046.929,06
Rural	4.218.670,88	4.057.791,09
Poder Público	272.331,88	228.750,01
Iluminação Pública	634.419,60	470.483,31
Serviço Público	215.968,72	170.933,43
Fornecimento - Não Faturado	(34.569,68)	(42.234,11)
(-) Transferência p/ TUSD de Consumidores Cativos	(11.442.371,75)	(10.815.001,51)
Tarifa de Uso do Sistema De Distribuição - TUSD	11.366.941,81	10.786.508,32
Outras Receitas Operacionais	4.572.535,21	4.032.633,72
Outras Receitas	728.930,42	450.804,72
Serviço Taxado	22.661,70	76.967,05
Demais Receitas e Rendas	3.820.943,09	3.504.861,95
Total da Receita Operacional Bruta	33.077.129,64	26.463.611,14

NOTA 22 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Legislação Societária

Descrição	2021	2020
(-) Impostos e Contr. sobre os Ingressos	(6.386.648,08)	(5.037.933,13)
(-) Encargos do Consumidor	(4.330.989,70)	(1.803.937,05)
Total Deduções da Receita	(10.717.637,78)	(6.056.594,52)

NOTA 23 – CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos “Custos e Despesas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Legislação Societária

Descrição	2021	2020
DISPÊNDIOS	(15.423.779,88)	(11.537.219,91)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(15.423.779,88)	(11.537.219,91)
DISPÊNDIOS	(5.286.662,24)	(4.992.768,24)
(-) Pessoal e Administrativo	(2.928.330,34)	(2.470.656,20)
(-) Material	(409.629,26)	(267.054,51)
(-) Serviços de Terceiros	(816.066,79)	(673.006,27)
(-) Depreciações	(621.431,12)	(611.454,25)
(-) Seguros	(10.684,80)	(12.315,24)
(-) Despesas Tributárias	(37.579,66)	(62.059,98)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(57.424,10)	(108.729,38)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	183.620,69	(57.149,67)
(-) Outras Despesas Operacionais	(589.136,86)	(730.342,74)

NOTA 24 – DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Legislação Societária

Descrição	2021	2020
Receitas Financeiras	230.126,40	261.672,42
Rendas de Aplicação financeira	43.931,59	59.352,50
Acréscimo Moratório Fatura Energia	135.695,06	98.609,57
Outras Receitas Financeiras	33.713,30	67.713,23
Ganhos com participações Societárias	16.786,45	35.997,12
Despesas Financeiras	(28.021,54)	(37.098,50)
Tarifas Bancárias	(17.091,02)	(14.336,90)
Descontos Concedidos	(1.639,79)	(3.179,54)
Juros e Multas de Mora	(7.529,82)	(2.655,29)
Correção SELIC	0,00	(12.833,53)
Multas de Trânsito	(208,26)	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores	(165,00)	0,00
Outras Despesas Financeiras	(1.387,65)	(4.093,24)
RESULTADO FINANCEIRO	202.104,86	224.573,92

NOTA 25 – PASSIVOS CONTINGENTES

A CEJAMA foi notificada pela Receita Federal em 05 de Dezembro de 2006 pela falta de recolhimento para o Programa Integração Social – PIS, e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre a receita bruta, com base nas leis 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de nº 2158-35/2001, pelas Leis 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa 145 da SRF de 09 de dezembro de 1999, 247 de 21 de novembro de 2002, e 358 de 09 de setembro de 2003, que estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS, são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado calculadas com base no faturamento a partir de 01 de

fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

A Cooperativa, através de sua assessoria jurídica, interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis SC, em 21 de Dezembro de 2006, requerendo nulidade total do Ato Fiscal. A administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de PIS e da COFINS. Como não pratica tais operações não possui receitas sujeitas ao pagamento das contribuições, eventuais efeitos contrários ao entendimento da administração serão integralmente reconhecidos no resultado do exercício na data da sua ocorrência tempestiva.

Em 18/04/2017 a CEJAMA foi notificada pela Receita Federal, mediante intimação 040/2017, referente ao processo 11516-003.532/2006-17 a pagar o valor do anexo do documento citado. Tendo em vista que o prazo para adesão ao PERT (Programa Especial de Recuperação Tributária) estava em vigor, a CEJAMA aderiu ao mesmo onde realizou pagamentos referentes à notificação citada, conforme Nota Explicativa 16 há o valor de R\$ 369.481,61 a ser recolhido de forma parcelada.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA
JACINTO MACHADO - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 02 de fevereiro de 2022.

HERMENEGILDO JOAO Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2022.02.03 11:16:20 -03'00'
VANONI:29601045953

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012



COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO

Relatório Anual Regulatório 2021

Jacinto Machado, abril de 2022

Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 31/12/2020

Balço Patrimonial Regulatório

ATIVO	2021	2020
Ativo circulante	5.854	7.117
Caixa e equivalentes de caixa	1.063	3.221
Consumidores	3.842	2.913
Serviços em curso	37	36
Tributos compensáveis	205	98
Almoxarifado operacional	519	291
Ativos regulatórios	-	7
Despesas pagas antecipadamente	44	23
Outros ativos circulantes	144	232
Ativo não circulante	19.550	17.175
Tributos compensáveis	327	439
Outros ativos não circulantes	1	1
Bens e atividades não vinculadas à concessão	168	168
Imobilizado	19.051	16.564
Intangível	2	2
TOTAL DO ATIVO	25.404	20.788

PASSIVO	2021	2020
Passivo circulante	5.625	3.416
Fornecedores	1.706	360
Obrigações sociais e trabalhistas	332	395
Tributos	1.063	908
Encargos setoriais	847	735
Passivos regulatórios	0	(9)
Provisão para Litígios	25	25
Outros passivos circulantes	1.651	1.002
Passivo não Circulante	19.877	17.372
Obrigações vinculadas à concessão	79	299
Patrimônio Líquido	19.700	17.073
Capital Social	4.150	2.990
Reservas de capital	11.527	8.434
Outros resultados abrangentes	3.375	4.582
Sobras à disposição da Assembleia	648	1.068
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.404	20.788

Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 31/12/2020

Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório

DESCRIÇÃO	2021	2020
Receita / Ingresso	32.399	26.013
Fornecimento de energia elétrica	17.138	11.715
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	11.367	10.787
Serviços cobráveis	73	77
Doações, contrib. e subvenções vinc. ao serviço concedido	3.821	3.434
Tributos	(6.387)	(5.038)
ICMS	(6.384)	(5.034)
ISS	(3)	(4)
Encargos - Parcela "A"	(4.331)	(1.804)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.017)	(1.710)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(38)	(37)
Outros encargos	(2.276)	(57)
Receita líquida / Ingresso líquido	21.681	19.171
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(15.424)	(11.537)
Energia elétrica comprada para revenda	(15.424)	(11.537)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.258	7.634
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(4.744)	(4.320)
Pessoal e administradores	(2.928)	(2.471)
Material	(410)	(267)
Serviços de terceiros	(816)	(673)
Arrendamentos e aluguéis	(29)	0
Seguros	(11)	(12)
Doações, contribuições e subvenções	(57)	(109)
Provisões	184	(57)
(-) Recuperação de despesas	42	8
Tributos	(38)	(62)
Depreciação e amortização	(621)	(611)
Gastos diversos	(59)	(66)
Outras receitas operacionais	678	451
Outras despesas operacionais	(543)	(673)
Resultado da Atividade	1.649	3.092
Resultado Financeiro	202	225
Despesas financeiras	(28)	(37)
Receitas financeiras	230	262
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.851	3.316
Contribuição social	0	0
Imposto de renda	0	0
Resultado líquido do exercício	1.851	3.316
Destinações Estatutárias	(1.203)	(2.156)
FATES	(93)	(166)
Reserva Legal	(185)	(332)
Reserva de Manutenção e Ampliação	(926)	(1.658)
SOBRAS REGULATÓRIAS	648	1.161

Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 31/12/2022

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório

Eventos	Capital Social	Reavaliação	Reservas de Capital				Sobras Regulatórias	Totais
			Equalização	Legal	FAT ES	Fundo de Manutenção		
SALDO EM 31/12/2019	2.990	4.582	59	1.091	304	6.980	1.068	17.073
MUTAÇÕES EM 2020	1	(872)	-	332	165	1.658	1.161	2.445
Integralização de Capital	6	-	-	-	-	-	-	6
Capital a Realizar	0	-	-	-	-	-	-	0
Devolução de Capital	(5)	-	-	-	-	-	-	(5)
Incorporação das Sobras	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão/Realização de Reservas	-	(872)	-	-	(1)	-	-	(873)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	3.316	3.316
Destinações	-	-	-	332	166	1.658	(2.156)	-
SALDO EM 31/12/2020	2.991	3.710	59	1.423	469	8.638	2.229	19.518
MUTAÇÕES EM 2021	1.160	(334)	-	91	(78)	926	(419)	1.345
Integralização de Capital	12	-	-	-	-	-	-	12
Capital a Realizar	(0)	-	-	-	-	-	-	(0)
Devolução de Capital	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Incorporação das Sobras	1.161	-	-	-	-	-	(1.161)	-
Reversão/Realização de Reservas	-	(334)	-	(94)	(171)	-	94	(505)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.851	1.851
Destinações	-	-	-	185	93	926	(1.203)	-
À distribuir	-	-	-	-	-	-	(1.162)	-
SALDO EM 31/12/2021	4.150	3.375	59	1.514	391	9.563	1.810	20.862

Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 31/12/2020

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Regulatório

Descrição	2021	2020
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.851	3.316
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	1.851	3.316
2 - Ajuste Por	596	(586)
Reintegração Acumulada	450	35
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores	(929)	(17)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	(1)	244
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(107)	41
(Aumento) ou Diminuição de Almoarifado	(228)	(50)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	7	2
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	(21)	(18)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	88	28
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	112	(206)
(Aumento) ou Diminuição de Bens E Direitos Para Uso Futuro	0,00	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Bens E Atividades Não Vinculadas	0,00	0,00
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Não Circulantes	0,00	(1.406)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	1.104	242
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e Trabalhistas	(66)	2
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	(15)	171
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	326	(214)
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	9	(3)
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	148	504
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Concessão	(280)	60
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	2.448	2.731
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(2.939)	(2.796)
Ativo Imobilizado / Intangível	(2.937)	(2.797)
Integralização de Capital	(1)	1
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(1.668)	(1)
Utilização das Reservas	(505)	(1)
Destinação à associados	(1.162)	0,00
6 – Variação no Caixa (3+4+5)	(2.158)	(66)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(2.158)	(66)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	3.221	3.288
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.063	3.221

Agradecimentos

Findando o exercício social de 2021, queremos agradecer a DEUS, aos membros da Diretoria, e, estender esse agradecimento a todos os clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossa política de qualidade, conforme segue: garantir o cumprimento da política da qualidade satisfazer as necessidades de nossos associados, envolver todos os colaboradores com a política da qualidade, atender os requisitos regulamentares, normativos e legislações pertinentes.

Nosso muito obrigado!

Jacinto Machado, 30 de abril de 2022.

A Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH –Pequenas Centrais Hidrelétricas, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou

após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras

distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa ajusta da anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é

amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Consumidores	VALORES CORRENTES						Provisão p/ devedores duvidosos	VALOR ES RENEGOCIADO				TOTAL 2021	TOTAL 2020	
	CORRENT E A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIAD A A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ devedores duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	até 90 dias	91 até 180 dias	181 até 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
ATIVO CIRCULANTE														
Consumidores	2.830	0	343	130	113	43	(67)						3.842	2.913
Fornecimento	2.343	0	343	130	113	43	(63)						3.359	2.384
RESIDENCIAL	366		79	6	11	25	(41)						516	547
INDUSTRIAL	1.359		184	120	100	0	(4)	461				(10)	1.814	858
COMERCIAL	206		26	2	0	5	(5)	461				(10)	256	248
RURAL	408		53	2	2	13	(13)	76				(6)	771	730
PODERES PUBLICOS	4		0	0	0	0		56				(2)	4	1
ILUMINACAO PUBLICA	0		0	0	0	0		21				0	0	0
SERVIÇOS PÚBLICO	0		0	0	0	0		308				(2)	0	0
Serviço Taxado	3	0	0	0	0	0	(1)	0				0	2	7
Renda não faturada	440	0						0				0	440	475
Participação Financeira	0	0	0	0	0	0	0	-				0	0	0
Outros Créditos	44	0	0	0	0	0	(3)	-				0	41	45
								-				0	0	2

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- (a) Análise individual do saldo de cada consumidor, obtendo um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- (b) Experiência da administração da cooperativa em relação às perdas efetivas com consumidores, considerando o histórico de perdas, com parâmetro nos dois últimos anos;
- (c) Existência de garantias reais;
- (d) Análise das contas vencidas e a vencer de consumidores que tenham renegociado seus débitos;
- (e) Análise dos devedores em situação de concordata e/ou falência.

Para os demais casos, foram incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa os valores totais dos créditos enquadrados nas seguintes situações:

- (a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- (b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

85.665.990/0001-30

-
- (c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

85.665.990/0001-30

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Tran. sf. (C)	Reav.	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Distribuição	19.539	1.530	(677)	-	-	20.392	853	(7.791)	12.601	12.101
Terrenos	11					11	-		11	11
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	17					17		(1)	16	16
Máquinas e Equipamentos	18.835	1.530	(677)			19.688	853	(7.416)	12.272	11.699
Veículos	558					558	-	(314)	244	307
Móveis e Utensílios	118					118	-	(60)	58	68
Administração	1.062	4.880	(18)	-	-	5.924	4.813	(715)	5.209	443
Terrenos	75	900				975	900		975	75
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	41	3.280				3.321	3.280	(32)	3.289	10
Máquinas e Equipamentos	185	205	(18)			372	187	(160)	212	30
Veículos	720					720	(49)	(489)	231	320
Móveis e Utensílios	41	495				536	495	(34)	502	8
Subtotal	20.601	6.410	(695)	-	-	26.316	5.666	(8.506)	17.810	12.544
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Tran. sf. (C)	Reav.	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Distribuição	1.380	3.578	(3.781)	-	-	1.177	(203)		1.177	-
Máquinas e Equipamentos	167	1.382	(1.537)			12	(155)		12	
Outros	1.213	2.196	(2.244)			1.165	(48)		1.165	
Administração	2.640	2.247	(4.822)	-	-	65	(2.575)		65	
Máquinas e Equipamentos	4	65	(4)			65	61		65	
Outros	2.636	2.182	(4.818)			-	(2.636)		-	

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

85.665.990/0001-30

Subtotal	4.020	5.825	(8.603	-	-	1.242	(2.778)	-	1.242	-
Total do Ativo Imobilizado	24.621	12.235	(9.298	-	-	27.558	2.888	(8.506)	19.052	12.544

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

85.665.990/0001-30

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço								
Administração	15	-	-	15	-	(15)		
Softwares	15	-	-	15	-	(15)		
Outros	-	-	-	-	-	-		
Total do Ativo Intangível	15	-	-	15	-	(15)		

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	12.463	1.530	(677)	6.372	19.688	853
Transformador de Distribuição	2.145	240	(99)	1.102,07	3.389	141
Medidor	757	197	(91)	(34,74)	828	106
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	3.249	350	(26)	250,4	3.824	324
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.656	672	(12)	466,01	3.782	660
Redes Alta Tensão (69 kV)	442	68	-	37,73	548	68
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	31	-	-	-	31	-
Demais Máquinas e Equipamentos	3.182	3	(449)	4.550,27	7.286	(446)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(78)	-	-	-	(78)	(358,00)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(78)	-	-	-	(78)	(78)
Outros	-	-	-	-	-	(280)
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	(280)
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	(280)

Taxa média de depreciação:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	2021	2020
				Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,67%	20.392	(7.791)	12.601	12.101
Custo Histórico	3,77%	13.935	(3.952)	9.983	9.098
Correção Monetária	-	-	-	-	-

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

85.665.990/0001-30

Especial					
Reavaliação	3,47%	6.457	(3.839)	2.618	3.003
Administração	1,62%	5.924	(716)	5.208	443
Custo Histórico	1,62%	5.891	(697)	5.194	429
Correção Monetária				-	-
Especial					
Reavaliação	0,00%	33	(19)	14	14
		26.316	(8.507)	17.809	12.544
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição		1.177		1.177	1.380
Administração		65		65	2.640
		1.242	-	1.242	4.020
		27.558	(8.507)	19.051	16.564

Adições do Ativo Imobilizado em Curso:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipa -	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.330	847		5	2.182
Máquinas e Equipamentos	1.084	24	249	25	1.382
Móveis e Utensílios	3				3
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	3	9			12
Material em Depósito	1.182				1.182
Compras em Andamento	999				999
Adiantamentos a Fornecedores	65				65
Total das Adições	4.666	880	249	30	5.825

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 02/06/2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores	5,0%
Chave de distribuição	6,7%
Condutor do sistema	5,0%
Estrutura do sistema	5,0%
Regulador de tensão	4,8%
Transformador de Força	2,5%
Transformador de Distribuição	5,0%
Administração	
Veículos	14,29%
Edificações	4,0%
Equipamento Geral	10,0%
Equipamento Geral de Informática	10,0%
Software	20,0%
Urbanizações e Benfeitorias	4,0%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais **adições** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA

85.665.990/0001-30

Descrição do Material	Valor R\$ - Mil
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 12/300 - U	111,20
REGULADOR DE TENSÃO 13,8KV 414KVA 300A MONOFASICO - R	90,37
POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11/300 - R	67,03
CONDUTOR DE ALUMINIO-LIGA ISOLADO - XLPE 3x1x50mm+50mm - U	55,52
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 13,8KV 380/220V 30KVA TRIFASICO - R	45,64
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 13,8KV 380/220V 75KVA TRIFASICO - U	40,05
CABO DE ALUMINIO 15 KV 50MM - XLPE	36,14
CONDUTOR DE ALUMINIO CA NU 2 AWG - R	34,33
MEDIDOR TRIFASICO - ELETRONICO	32,50
MEDIDOR ELETRONICO SAGA 1500 RURAL	30,21

As dez principais **baixas** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Material	Valor R\$ - Mil
CONDUTOR DE ALUMINIO CA NU 4 AWG - R	23.914,66
MEDIDOR TRIFASICO - ELETRONICO	21.339,50
POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 9 M MEDIO - R	18.808,26
MEDIDOR ELETRONICO SAGA 1500 RURAL	17.848,93
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 13,8KV 380/220V 112,5KVA TRIFASICO - R	14.634,40
POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 8 M MEDIO - R	14.229,32
POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 10 M MEDIO - R	13.464,06
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 13,8KV 380/220V 30KVA TRIFASICO - U	13.027,27
TRANSFORMADOR TRIFASICO 225KVA	10.665,26
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 13,8KV 380/220V 225KVA TRIFASICO - U	10.573,23

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 28 de setembro de 2019 a 28 de setembro de 2020, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Sobre contratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Os componentes financeiros presentes nestes processos tarifários são decorrentes dos seguintes ajustes financeiros.

i. PIS/Cofins na compra de energia e no encargo de uso do sistema de distribuição;

ii. ~~Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A;~~

- iii. Repasse para compensação por descontinuidade;
- iv. Subvenção Baixa Densidade de Carga;
- v. Retenção adicional de Bandeiras Tarifárias;
- vi. Ajuste CUST;
- vii. Ressarcimento P&D;
- viii. Ajustes relativos a processos anteriores; e
- ix. Ajustes dos financeiros de setembro em função da prorrogação das tarifas (TE e TUSD).

7. Empréstimos e Financiamentos

A CEJAMA não movimentou ou adquiriu nenhuma operação financeira nos exercícios de 2020 e 2019.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As operações com consumidores nos exercícios de 2020 e 2019 foram realizadas apenas com associados, desta forma, não gerando fato gerador para base de cálculo de IRPJ e CSL.

9. Provisão para litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	Total
Saldos em 31/12/2020		25			25
Constituição					
Baixas/reversão					
Atualização					
Saldos em 31/12/2021		25			25

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue:

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		79	-	-	79
Participação da União, Estados e Municípios		21	-	-	21
Participação Financeira do Consumidor		26			26
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		32			32
Total		79	-	-	79

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

85.665.990/0001-30

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/202 0	Adiçõ es (A)	Baix as (B)	Valor Bruto em 31/12/202 1	Adiçõe s Líquida s = (A)-(B)+(C)	Valor Líquido em 31/12/202	Valor Líquido em 31/12/202 0
Em curso	280	77	(357)	-	(280)		280
Outros	280	77	(357)	-	(280)		280
Ultrapassagem de demanda	280	77	(357)	-	(280)		280
Excedente de reativos	-	-	-	-	-		-
Total	280	77	(357)	-	(280)		280

11. Patrimônio Líquido**Capital Social**

O capital social em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 4.152 mil e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Cooperados	Valor R\$
Cooperados	4.152 mil

Reservas de Capital

Descrição	2021	2020
Reserva de Equalização	59	59
Fundo de Reserva Legal	1.514	1.423
FATES	391	469
Fundo Manutenção e Melhorias	9.563	8.638
Total	11.527	10.589

A reserva legal é constituída com base em 10% do lucro líquido do exercício pela legislação societária, o fundo de manutenção e aplicação e melhorias com base em 50% e FATES de 5% das sobras.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento - Faturado	5.644	5.531	38.907	36.346	28.615	22.502
Residencial	3.159	3.019	6.212	6.005	5.132	4.439
Industrial	62	61	22.375	19.638	15.643	11.088
Comercial	474	466	2.771	2.560	2.499	2.047
Rural	1.807	1.800	5.888	6.623	4.219	4.058
Poder público	49	53	300	280	272	229
Iluminação pública	89	127	1.119	1.015	634	470
Serviço público	4	5	242	225	216	171
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-			(36)	(42)
Serviços Cobráveis					73	77
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					3,75	3.476
Total	5.644	5.531	38.907	36.346	32.399	26.013

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2021	2020
Pessoal	2.670	2.232
Remuneração	1.557	1.236
Encargos	852	691
Previdência privada	-	54
Assistência médica	3	-
Despesas rescisórias	10	4
Outros	248	247
Administradores	258	239
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	258	239
Total	2.928	2.471

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A CEJAMA, operou nos exercícios de 2021 e 2020, apenas com consumidores associados, e nas apurações, não houve base de cálculo para aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social.

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Deixamos de apresentar a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada devido sermos uma empresa Permissionária na qual possui apenas as atividades de Distribuição (D) e Administração.

17 Revisão Tarifária Periódica e Reajuste Tarifário

Os Contratos de Permissão têm por objetivo a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Estes Contratos prevêem a periodicidade dos processos tarifários que podem ser do tipo: Reajuste Tarifário Anual ou Revisão Tarifária Periódica. Os Reajustes ocorrem anualmente, nas datas de aniversário contratual, exceto quando acontece as Revisões a cada 4 anos.

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas calculadas conforme o PRORET 8.1.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a “Parcela A”, formada pelos custos relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a “Parcela B”, formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

O cálculo tarifário também compreende o cálculo dos componentes financeiros, que não compõem a Parcela A e B da permissionária, mas que são acrescentados ou subtraídos das tarifas finais pagas pelos consumidores para compensação nos 12 (meses) subsequentes ao reajuste tarifário em processamento.

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	2.386.665,22	2.702.705,56	13,24%	1,23%	12,62%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	41.549,60	34.929,78	-15,93%	-0,03%	0,16%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.061.310,03	2.143.989,97	4,01%	0,32%	10,01%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. – EER	-	167.658,55	100,00%	0,65%	0,78%
PROINFRA	283.805,60	356.127,27	25,48%	0,28%	1,66%
ENERGIA COMPRADA	10.807.468,10	8.073.350,34	-25,30%	-10,66%	37,69%
Energia	10.807.468,10	8.073.350,34	-25,30%	-10,66%	37,69%
TRANSPORTE DE ENERGIA	3.391.646,82	3.145.735,01	-7,25%	-0,96%	14,68%
Uso do sistema de distribuição	3.391.646,82	3.145.735,01	-7,25%	-0,96%	14,68%
Total de Parcela A	16.585.780,13	13.921.790,91	-16,06%	-10,38%	64,99%
Total de Parcela B	9.070.013,12	7.500.000,00	-17,31%	-6,12%	35,01%
Variação econômica				-16,50%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasse de PIS COFINS		712.251,34		2,78%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(100.772,92)		-0,39%	
Subvenção CDE		(3.290.792,30)		-12,83%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		(0,18)		0,00%	
Previsão de Risco Hidrológico		499.004,43		1,94%	
Total Financeiros	-	2.219.507,94		-8,65%	
Variação econômica e financeira				-25,15%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				11,44%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				-13,71%	

Os custos da Parcela A representam 64,99% da receita econômica da Permissionária. As alterações dos custos relativos a essa parcela representam -10,38% da variação econômico-financeira da Cejama, com destaque para:

- Encargos Setoriais. O valor total dos encargos setoriais corresponde ao efeito de 1,23% no presente reajuste tarifário. Destaca-se, a inclusão do ESS/EER, efeito de 0,65%, devido a migração da permissionária para o mercado livre.
- Custos de Transmissão. O valor dos custos com o uso do sistema de distribuição equivale a um impacto tarifário de -0,96%. Tal efeito deriva das novas tarifas de uso do sistema de distribuição, resultante do processo tarifário da supridora Celesc.
- Compra de Energia. O valor dos custos de compra de energia contribuiu com acréscimo de -10,66% na tarifa vigente, esse impacto é esse impacto é reflexo da compra de energia no ACL, tendo a Cejama celebrado contrato com a Matrix Comercializadora S.A com vigência a partir de 1º de fevereiro de 2022.

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 35,01% da Receita, resultando num efeito de -6,12% na variação econômico-financeira da tarifa vigente.

Ao resultado da variação econômica, de -16,50%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de -8,65%, que somado a retirada dos financeiros do processo anterior conjugado com a redução dos descontos para os consumidores rurais (11,44%), resultou no efeito médio final para o consumidor em -13,71%.

Sobre os financeiros, destaca-se a inclusão da previsão do risco hidrológico, com impacto de 1,94% no efeito médio. Como agente da CCEE a Cejama começa ser responsável diretamente por esse custo.

Quanto à energia adquirida via contratos vinculados à chamada pública, firmado pela CEJAMA, é oportuno destacar que esses contratos visam a substituição dos contratos de suprimento, que possuíam preços mais elevados.

Os processos tarifários das permissionárias com data de aniversário contratual em 30/09/2021 conduziram ao seguinte resultado:

Permissionária	Alta Tensão	Baixa Tensão	Efeito Médio	Efeito B1
CEJAMA	(12,74)%	(14,67)%	(13,71)%	(16,56)%

As baixas das tarifas decorrem principalmente da substituição dos contratos de suprimento com a Celesc por contratos no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e das novas subvenções para cooperativas com baixa densidade de carga¹ calculadas para as empresas supridas pela Celesc.

O período de referência para o cálculo dos processos tarifários das permissionárias, ora em análise, é de setembro de 2020 a agosto de 2021.

Encargos Setoriais

Os encargos setoriais, oriundos das políticas de governo para o setor elétrico, possuem finalidades específicas e são definidos em legislação própria³. Seus valores são estabelecidos pela ANEEL e não representam ganhos de receita para a permissionária. Os encargos são;

- i. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE,
- ii. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE;
- iii. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa.

A cobertura tarifária para o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é calculada pela multiplicação do mercado de energia da permissionária (MWh) verificado no período de referência, pelos custos da CDE (R\$/MWh) por nível de tensão, descontado os montantes das unidades consumidores classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda.

A cobertura tarifária relativa à quota de custeio do Proinfa é pela multiplicação do mercado de energia da permissionária (MWh), verificado no período de referência, descontando os valores da Subclasse Residencial Baixa Renda, pelo custo do Proinfa (R\$/MWh).

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

85.665.990/0001-30

TFSEE	CDE	PROINFA	EER	TOTAL
34.929,7 8	2.143.989,9 7	356.127,2 7	167.658,5 5	2.702.705,5 6

Os encargos de ESS e EER se aplicam às empresas que possuem contratos de energia no ACL. No caso da CEJAMA, destacase que os montantes foram calculados considerando a carga total da permissionária, conforme determina o Proret 5.4.

SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Quanto à subvenção da CDE para descontos tarifário, valor mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE à Cejama, em relação às competências entre setembro de 2021 a agosto de 2022, é de R\$ 31.562,01. Esse valor já inclui o ajuste da diferença entre os valores previstos e os realizados entre setembro de 2020 a agosto de 2021. A Tabela a seguir mostra o cálculo.

Tipo de Subsídio	Diferença cobertura e apurado	Previsão 2021/2022	Previsão 2021/2022 + Diferença
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	(23,78)	629,13	605,35
Subsídio Rural	(7.730,72)	34.109,33	26.378,61
Subsídio - Irrigante/Aquicultor	1.042,30	1.711,74	2.754,04
TOTAL	(4.888,19)	36.450,20	31.562,01

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

85.665.990/0001-30

	2021			2020		
	Societário	Ajuste CPC	Regulatório	Societário	Ajuste CPC	Regulatório
Ativo circulante	5.854	(0)	5.854	6.821	(0)	6.821
Caixa e equivalentes de caixa	1.063		1.063	3.221		3.221
Consumidores	3.842		3.842	2.913		2.913
Serviços em curso	37		37	36		36
Tributos compensáveis	205		205	98		98
Almoxarifado operacional	519		519	291		291
Ativos regulatórios	(0)	(0)	0	7	(0)	7
Despesas pagas antecipadamente	44		44	23		23
Outros ativos circulantes	144		144	232		232
Ativo não circulante	18.395	(1.155)	19.550	15.685	(1.490)	17.175
Tributos compensáveis	327		327	439		439
Outros ativos não circulantes	7.868	7.867	1	5.016	5.015	1
Bens e atividades não vinculadas à concessão	168		168	168		168
Imobilizado	8.285	(10.766)	19.051	6.370	(10.194)	16.564
Intangível	1.746	1.744	2	3.691	3.689	2
TOTAL DO ATIVO	24.248	(1.155)	25.404	22.506	(1.490)	23.996

	2020			2020		
	Societário	Ajuste CPC	Regulatório	Societário	Ajuste CPC	Regulatório
Passivo circulante	5.634	9	5.625	4.127	9	4.119
Fornecedores	1.706		1.706	602		602
Obrigações sociais e trabalhistas	332		332	397		397
Tributos	1.063		1.063	1.079		1.079
Encargos setoriais	847		847	521		521
Passivos regulatórios	9	9	0	0	9	(9)
Provisão para Litígios	25		25	25		25
Outros passivos circulantes	1.651		1.651	1.503		1.503
Passivo não Circulante	18.615	(1.164)	19.779	18.378	(1.498)	19.877
Obrigações vinculadas à concessão	79		79	359		359
Patrimônio Líquido	18.536	(1.164)	19.700	18.019	(1.498)	19.518
Capital Social	4.400	250	4.150	3.241	250	2.991
Reservas de capital	11.943	417	11.527	10.911	323	10.589
Outros resultados abrangentes	1.545	(1.830)	3.375	1.545	(2.165)	3.710
Sobras à disposição da Assembleia	648		648	2.323	94	2.229
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO	24.248	(1.155)	25.404	22.506	(1.490)	23.996

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

85.665.990/0001-30

	31/12/2021			31/12/2020		
	Societário	Ajustes Regulatórios CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes Regulatórios CPCs	Regulatório
Receita / Ingresso	32.399 C		32.399 C	26.013 C		26.013 C
Fornecimento de energia elétrica	17.138 C		17.138 C	11.715 C		11.715 C
Disp. do sistema de trans. e distribuição	11.367 C		11.367 C	10.787 C		10.787 C
Ativos e Passivos Regulatórios	0 D		0 D	0 D		0 D
Serviços cobráveis	73 C		73 C	77 C		77 C
Doações, contrib. e subvenções	3.821 C		3.821 C	3.434 C		3.434 C
Tributos	6.387 D		6.387 D	5.038 D		5.038 D
ICMS	6.384 D		6.384 D	5.034 D		5.034 D
ISS	3 D		3 D	4 D		4 D
Encargos - Parcela "A"	4.331 D		4.331 D	1.804 D		1.804 D
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0 D		0 D	0 D		0 D
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE	2.017 D		2.017 D	1.710 D		1.710 D
Taxa de Fisc. de Ser. de Em. Elétrica - TFSEE	38 D		38 D	37 D		37 D
Outros encargos	2.276 D		2.276 D	57 D		57 D
Receita líquida / Ingresso líquido	21.681 C		21.681 C	19.171 C		19.171 C
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	15.424 D		15.424 D	11.537 D		11.537 D
Energia elétrica comprada para revenda	15.424 D		15.424 D	11.537 D		11.537 D
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.258 C		6.258 C	7.634 C		7.634 C
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	4.744 D		4.744 D	4.320 D		4.320 D
Pessoal e administradores	2.928 D		2.928 D	2.471 D		2.471 D
Material	410 D		410 D	267 D		267 D
Serviços de terceiros	816 D		816 D	673 D		673 D
Arrendamentos e aluguéis	29 D		29 D	23 D		0 D
Seguros	11 D		11 D	12 D		12 D
Doações, contribuições e subvenções	57 D		57 D	109 D		109 D
Provisões	184 C		184 C	57 D		57 D
(-) Recuperação de despesas	42 C		42 C	8 C		8 C
Tributos	38 D		38 D	62 D		62 D
Depreciação e amortização	621 D		621 D	611 D		611 D
Gastos diversos	59 D		59 D	43 D		66 D
Outras receitas operacionais	678 C		678 C	451 C		451 C
Outras despesas operacionais	543 D		543 D	673 D		673 D
Resultado da Atividade	1.649 C		1.649 C	3.092 C		3.092 C
Resultado Financeiro	202 C		202 C	225 C		225 C
Despesas financeiras	28 D		28 D	37 D		37 D
Receitas financeiras	230 C		230 C	262 C		262 C
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.851 C		1.851 C	3.316 C		3.316 C
Contribuição social	0 D		0 D	0 D		0 D
Imposto de renda	0 D		0 D	0 D		0 D
Resultado líquido do exercício	1.851 C		1.851 C	3.316 C		3.316 C

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação à reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação à reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)**18.7.1. Ativo financeiro**

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se à reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

DESCRIÇÃO	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	1.851	3.316
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória		
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	1.851	3.316

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

85.665.990/0001-30

Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Srs. Associados e Administradores da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA
Jacinto Machado - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA** elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA** com data de 02 de fevereiro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 07 de Abril de 2022.

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2022.04.14 09:27:35 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador–CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012

Rua Antônio Scherer, nº 543, Sala 102- Bairro Kobrasol - CEP 88.102 – 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br - 3 -